ricano, Antony Blinken, pressionam o Azerbaijão pelo desbloqueio ao corredor de Lachin. Neste ano, além de contar mortes e relembrar datas, relembrar o genocídio dos armênios requer reconhecer a independência de Artsakh e juntar vozes pelo fim do bloqueio ao corredor de Lachin."

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo dado aqui na tribuna. Eu peço que as palavras deste discurso sejam encaminhadas ao novo embaixador armênio aqui no Brasil.

Viva ao povo da Armênia! Não ao genocídio. Nós precisamos, sempre, rememorar essa tragédia que foi esse massacre, esse extermínio, essa limpeza étnica do povo armênio em 1915, presidente.

Muito obrigado.

O SR. GIL DINIZ - PL - Se houver acordo entre os líderes, levantar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - É regimental a solicitação de V. Exa. e será levada à Presidência para que seja providenciada.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência, cumprindo determinação constitucional, adita à Ordem do Dia os seguintes Projetos de lei vetados: 645 e 870, de 2021; 600, de 2022; 31 e 43, de 2023.

Convoca, ainda, V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de quarta-feira, com os aditamentos ora anunciados.

Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 25 minutos.

* * *

25 DE ABRIL DE 2023
26ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI, SOLANGE FREITAS, CONTE LOPES, PROFESSORA BEBEL, SIMÃO PEDRO e ANDRÉ DO PRADO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Convoca reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Habitação, Desenvolvimento e Reforma Urbana, e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 15 horas e 30 minutos.
4 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - SOLANGE FREITAS
Assume a Presidência.
6 - CAPITÃO TELHADA
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - THAINARA FARIA
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - CONTE LOPES
Assume a Presidência.
11 - SOLANGE FREITAS
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - VITÃO DO CACHORRÃO
Por inscrição, faz pronunciamento.
13 - GIL DINIZ
Por inscrição, faz pronunciamento.
14 - LETÍCIA AGUIAR
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
15 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
16 - GUILHERME CORTEZ
Por inscrição, faz pronunciamento.
17 - ANA PERUGINI
Por inscrição, faz pronunciamento.
18 - SOLANGE FREITAS
Por inscrição, faz pronunciamento.
19 - PROFESSORA BEBEL
Assume a Presidência.
20 - PAULO MANSUR
Por inscrição, faz pronunciamento.
21 - SIMÃO PEDRO
Assume a Presidência.
22 - PROFESSORA BEBEL
Por inscrição, faz pronunciamento.
23 - LETÍCIA AGUIAR
Para comunicação, faz pronunciamento.
24 - VALDOMIRO LOPES
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
25 - PROFESSORA BEBEL
Assume a Presidência.
26 - SIMÃO PEDRO
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
27 - SIMÃO PEDRO
Solicita a suspensão da sessão até as 16h45min, por acordo de lideranças.
28 - PRESIDENTE PROFESSORA BEBEL
Defere o pedido e suspende a sessão às 16h15min.
29 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h45min. Convoca sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão.
30 - MILTON LEITE FILHO
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
31 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 26/04, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior e recebe o expediente. Lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente. Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino, que fará o uso regimental da tribuna por até cinco minutos.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, hoje quero repercutir dois assuntos que nós tratamos no dia de ontem aqui na Assembleia. O primeiro foi a audiência pública que nós realizamos com os trabalhadores ferroviários da CPTM no dia de ontem.

Então, a pedido do nosso mandato, o deputado Maurici e o deputado Simão Pedro, realizamos ontem uma audiência pública para tratar da privatização da Linha 7 da CPTM, e das Linhas 8 e 9, que hoje estão sob gestão da ViaMobilidade.

O que muito nos estranha, e também aos trabalhadores ferroviários, é que nesse último ano a gente tem visto aumentar, de forma significativa, o número de intercorrências nas Linhas 8 e 9 da ViaMobilidade com atrasos, com descarrilhamentos de trens, com a falta de manutenção, inclusive com choques de trens nessas duas linhas que hoje são gestadas pela ViaMobilidade.

O que mais estranhou no diálogo ontem que nós conversamos com os trabalhadores e as trabalhadoras da CPTM... E muito nos estranha também que, quando a gente pega o acordo firmado agora com o Ministério Público do Estado de São Paulo, e no acordo que foi firmado para que não houvesse o processo de rompimento do acordo firmado entre a CPTM e a ViaMobilidade.

A ViaMobilidade apresenta que vai fazer uma série de investimentos, para que o acordo, para que o contrato se mantenha em vigência. A hora que você abre o contrato e começa a olhar os detalhes do contrato, você vê reformas de estação, você vê a adequação na estrutura das estações da CPTM, agora gestada pela ViaMobilidade, mas você não vê um centavo investido na estrutura metro-ferroviária, para a melhoria das intercorrências que vêm acontecendo.

Então, é muito estranho que o Ministério Público tenha aceitado um acordo com a ViaMobilidade, junto ao governo do estado de São Paulo, que não trata das melhorias ou das intercorrências que têm acontecido nesse último período.

Então, nós tiramos, como um dos encaminhamentos, provocar o Ministério Público do Estado de São Paulo, a partir do acordo que foi firmado entre o Ministério Público e a ViaMobilidade, cobrando que efetivamente ou se invista corretamente na estrutura metro-ferroviária, ou que haja uma suspensão do contrato firmado entre a ViaMobilidade e a CPTM e que essas linhas retornem para o governo do estado São Paulo.

E combinando também que a Linha 7 do estado de São Paulo, a Linha 7 da CPTM, que não entre, ou que saia do processo de privatização que o governo Tarcísio apresentou (Inaudível.)

Então, foi uma ótima audiência pública no dia de ontem, esse é um dos encaminhamentos. São 14 encaminhamentos que nós tiramos no dia de ontem. E a ideia é que esse processo de mobilização que aconteceu ontem aqui na Assembleia passe a ser uma realidade nos próximos meses, até que consiga, primeiro, que não seja feita a privatização da Linha 7 da CPTM, e que a gente consiga que as Linhas 8 e 9 retornem ao Governo do Estado, sob gestão do Poder Público.

Outra ação que fizemos no dia de ontem foi sobre os 100 anos do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. Tivemos uma audiência pública e, nessa audiência pública, tivemos a participação de diversos sindicatos de bancários do estado de São Paulo. Tivemos a presença dos ex-presidentes Gilmar Carneiro, Juvandia Moreira Leite e da presidenta atual, Ivone Silva.

Foi apresentado um pouco das histórias de luta dessa categoria tão importante para o estado de São Paulo e para o país, lembrando que, hoje, a categoria bancária é a única categoria que tem um acordo coletivo nacional. O acordo dos bancários, hoje, vale para os bancários do Rio Grande do Sul até para os bancários que trabalham lá no Acre.

É uma categoria que já conquistou, ao longo desse último período, a licença-paternidade de seis meses e a própria licença-maternidade; tem cláusulas socias em que nós tratamos de igualdade e oportunidade; os direitos aos homoafetivos; hoje, uma estrutura salarial condizente com as melhores categorias profissionais do país, com participação nos lucros e resultados.

Temos hoje um acordo coletivo que vale para todos os bancários de bancos públicos e privados, demonstrando que é uma categoria que esteve à frente das principais lutas econômicas, mas também sociais de nosso país: uma categoria que participou das "Diretas Já", que participou da redemocratização do nosso país, do impeachment do Collor e, agora, nesse último período, esteve de forma presente e atuante na questão da manutenção da democracia em nosso país.

Então, quero aqui deixar registrada, Sr. Presidente, essa atividade que aconteceu ontem, a sessão solene representando os 100 anos desse sindicato que é um dos maiores sindicatos, hoje, de São Paulo, do Brasil e da América Latina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, com a palavra o deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.)

Deputado Felipe Franco. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. (Pausa.)

Deputado Reis. (Pausa.) Deputada Monica Seixas do Movimento Pretas. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Bruno Zambelli. (Pausa.) Deputado Alex Madureira. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.)

Lista suplementar. Deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Vinícius Camarinha. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas, que fará uso regimental da tribuna.

Enquanto V. Exa. se dirige à tribuna, quero fazer uma convocação: nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Habitação, Desenvolvimento e Reforma Urbana; e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 15 horas e 30 minutos, no salão nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 92, de 2023, de autoria do Sr. Governador, que declara de utilidade pública e autoriza a CDHU a desapropriar imóvel próprio do município de São Sebastião. Assina o presidente André do Prado.

Com a palavra, o deputado Balas.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos que nos acompanham pela TV Assembleia, servidores desta Casa, deputados presentes no plenário. Inicio a minha fala, nesta terça-feira, trazendo uma matéria da Gazeta do Povo. Está meio distante, mas a gente mostra aqui. Daqui a pouquinho a gente vai passar no telão.

"MST se sente à vontade no governo Lula com agenda internacional, invasões e pressão política." Vamos lá. O MST é um movimento criminoso, obviamente. Todos sabem. Comete crimes por todo o estado de São Paulo; agora está chegando ao exterior.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o seu dinheiro, você que nos acompanha pela TV Assembleia, você, cidadão do estado de São Paulo, do nosso País, o governo Lula embarcou o líder do MST para a China. Olhe só, João Pedro Stédile, uma das lideranças do movimento criminoso denominado MST, viaja para a China com o nosso dinheiro. Foi passear na China lá, comer banquetes, ficar em hotéis luxuosos.

E aí os proprietários de terras produtivas são obrigados, além de ter a sua terra invadida, bancar viagem de criminoso, segundo a própria lei pátria, para o exterior. E aí mais uma matéria: "Invasões de terra no Brasil alcançaram nível recorde, levando o Congresso a organizar a CPI do MST".

E aí eu quero parabenizar o Congresso Nacional, a liderança do tenente coronel Zucco, deputado federal do Rio Grande do Sul, que foi o proponente da CPI do MST. E nós fizemos um paralelo aqui na Assembleia Legislativa: protocolamos a CPI do MST. Tivemos 37 assinaturas e ela está na fila para que nós tenhamos os debates aqui.

Alguns dizem que é invasão, outros falam que é ocupação. Para o deputado Balas aqui é invasão de terras. E aí alguns crimes são cometidos: a destruição, ocasionando dano, a ameaça, a invasão de propriedades produtivas, a lesão corporal, o atentado à vida contra proprietários rurais, produtores rurais e também integrantes das Forças de Segurança.

E aí trago mais uma imagem agora no telão sobre as ações nesses três meses e meio do movimento criminoso denominado MST pelo País. Algumas unidades do Incra estão sendo invadidas por todo o Brasil; algumas delas estamos trazendo aqui. A primeira é de São Luís do Maranhão. Todos ali com seus cartazes, algumas mulheres e crianças.

E aí as lideranças, algumas que estão presas, o Zé Rainha e seus comparsas, colocam crianças, mulheres grávidas à frente das invasões, Capitão Telhada. Infelizmente, algumas pessoas até do bem ali são usadas, deputado Vitão, como escudos humanos para que as invasões ocorram, infelizmente.

A próxima é do Incra de Belo Horizonte. Pode passar a próxima foto. Aqui o Stédile alegando: "MST vai invadir fazendas por todo o Brasil". Vejam, telespectadores, se isso não é uma ameaça à propriedade privada, uma ameaça ao cidadão que paga seus impostos.

E muitas propriedades, sim produtivas, como aquela fazenda produtora de laranja em Borebi, interior do estado de São Paulo. Houve o furto de um trator e uma liderança ali do MST destruiu árvores e árvores de laranja da Cutrale. Pode passar a próxima foto: sede da Embrapa; próxima: Incra de Alagoas.

A próxima: fazenda de Goiás; também, o Incra do Rio Grande do Norte. E para encerrar, Sr. Presidente, um pequeno vídeo que não passa de 50 segundos. Pode soltar o vídeo para encerrar a nossa fala.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Solange Freitas.

* * *

E aí, em parceria com a Frente Parlamentar da Agropecuária, parabenizo os integrantes dessa frente parlamentar que faz um excelente trabalho por todo o Brasil, não só por São Paulo, mas por todo o Brasil.

E podem contar com o nosso trabalho aqui na Assembleia Legislativa: Danilo Balas e muitos outros deputados contra os atos criminosos do MST, um movimento criminoso que atua em todo o Brasil.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - SOLANGE FREITAS - UNIÃO - Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada.

Vossa Excelência tem o tempo regimental para falar.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Uma excelente tarde a todos os deputados e deputadas presentes nesta Casa Legislativa, a todos os funcionários civis e militares uma boa tarde, excelente semana. Na última semana nos trabalhos aqui da Assembleia Legislativa, nós tivemos o início das comissões, das diversas comissões que compõem boa parte importante dos trabalhos aqui da Assembleia, e as votações de presidente, vice-presidente, e ainda permanecem essa semana.

Inclusive eu tive a honra e a grata satisfação de ser membro permanente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, um tema que eu julgo de extrema relevância, uma comissão nova, recém-criada na Assembleia Legislativa, e julgo de extrema importância na atualidade dentro das políticas públicas, dentro da sociedade atual que vivemos, discutirmos justamente os direitos que as pessoas com deficiência devem ter respeitados dentro da iniciativa privada e dentro do Poder Público.

Inclusive eu fiz questão de fazer parte dessa comissão porque eu quero de verdade fazer valer esses direitos dentro inclusive das instituições públicas e da Polícia Militar, que eu faço parte e onde eu labutei por 19 anos.

Eu quero ver o policial militar que, cumprido o seu dever defendendo a vida de um cidadão, se tornou deficiente por um acidente de viatura, por um disparo de arma de fogo, baleado, e eu quero que ele continue prestando serviço à sociedade do meu lado, se assim desejar.

Quantos policiais, muitas vezes numa condição de cadeirantes, podem continuar trabalhando com dignidade, com honra, com reconhecimento profissional, com valorização na administração do quartel, no atendimento 190, no Copom.

Quantos policiais muitas vezes que sofrem acidente de moto no serviço acabam perdendo, por exemplo, parte da perna. Tenho amigos nessa condição e eles são aposentados, são esquecidos, ficam à margem do convívio que tinham.

Então, o meu objetivo nessa comissão é justamente trazer esse olhar do funcionário público militar para discussão aqui na Assembleia e fomentar mudanças de comportamento, fomentar políticas públicas positivas para que a gente caminhe nesse sentido.

E fui surpreendido há poucos dias, todo o Brasil, o mundo foi surpreendido por uma fala extremamente infeliz do presidente da República a respeito desse assunto, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, uma colocação dele horripilante, de extremo mau gosto, desrespeito, absurda, praticamente criminosa, colocando pessoas que têm deficiência intelectual citando que têm parafuso a menos, inclusive pior.

Comparando esse assunto, ele estava falando dos atentados nas escolas, falando da segurança escolar, que pessoas que fizeram esses atentados têm problemas mentais, fazendo um comparativo esdrúxulo a respeito das pessoas que sofrem de deficiência mental, mas trazendo essa colocação que deve ser extremamente reprovável por todos da sociedade, pelas associações, institutos, deve ser reprovada por artistas, por redes sociais e, principalmente, por nós, políticos.

Nós não podemos deixar passar batido, deixar que um pedido de desculpas no Twitter fique tudo ok e segue a vida, está valendo. Negativo. O que uma autoridade pública, na colocação, na função em que hoje está o Lula, não mais na cadeia, mas agora na Presidência da República, ele tem que ter responsabilidade de suas palavras.

Se ele falou isso na sede, com três poderes, publicamente, se colocou dessa maneira desrespeitosa, sendo que existe um esforço absurdo hoje de instituições públicas e privadas em conscientizar as pessoas, em educar as pessoas dentro desse assunto, vem o presidente da República, faz essa colocação e, depois, faz um pedido de desculpa no Twitter achando que vai estar tudo ok? Não, da nossa parte não.

Eu considero que é muito importante a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo se posicionar em repúdio a essa fala oficialmente, formalmente. Por isso, eu deixo público aqui hoje que protocolei na data de ontem uma moção de repúdio à fala infeliz do presidente da República.

Em breve, analisaremos na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Espero muito a contribuição dos parlamentares desta Casa para que essa moção caminhe e fique claro o posicionamento da Assembleia, que é em defesa das pessoas com deficiência, em defesa dos direitos da pessoa humana.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - SOLANGE FREITAS - UNIÃO - Obrigada, deputado. Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. Tem o tempo regimental, pode falar.

A SRA. THAINARA FARIA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigada, Sra. Presidente. Muito boa tarde aos senhores e às senhoras deputadas presentes no plenário, a todos os que nos acompanham pela Rede Alesp.

Eu quero fazer uma declaração para vocês hoje de algo que me deixou muito incomodada. Pela manhã, quem me conhece e me acompanha pelas redes sociais sabe que eu faço os meus exercícios.

Eu estava tomando o meu café da manhã, como o habitual, em uma padaria próximo ao local em que eu moro, e como eu estava de roupa de academia e estava lá, ninguém sabia, eu não estava de botton, ninguém sabia que eu era deputada. Isso é ótimo, isso é excelente.

Aí eu ouvi a conversa de dois policiais militares. Isso ninguém me contou, eu estava, eu ouvi e tem testemunhas no entorno. Antes de fazer a minha fala eu só quero ressaltar algo que venho dizendo várias vezes nesta Casa, os policiais militares que servem a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo são extremamente educados comigo, são extremamente gentis, é maravilhoso trabalhar com vocês nesta Casa, ressalto isso.

Até para dizer que a toda exceção, há regra. Ou, talvez, a regra seja pessoas como essas, servidores como esses, e os dois que eu ouvi sejam exceção. Qual foi a fala?

Eu estava sentada, comendo, e o policial militar disse o seguinte, "lá na Cracolândia, só se entrar e incinerar todo mundo". Repito, ninguém me contou, eu estava e eu ouvi a conversa entre dois policiais militares. "Lá na Cracolândia, para resolver é só entrar e incinerar todo mundo".

Se eu não me indignasse com essa fala, eu não mereceria estar aqui, porque aquele que é incumbido de proteger todas as pessoas - e vou dizer para vocês, meus caros - se fala em relação à pessoa com dependência química, com uso abusivo de substância, vai fazer em relação a uma criança, a uma mulher, a um idoso, porque é a história que a gente ouve do nosso pai e da nossa mãe, "quem rouba dez centavos, rouba dez milhões".

E quando, se não querem seguir aquilo que eu falo em relação à legislação, ao juramento de um policial.

Vamos, então, ver o que Jesus Cristo disse: "- Amar ao seu próximo como a ti mesmo.". Ele não falou qual o próximo que era pra amar. Ele não falou que era para selecionar alguns, outros não.

Então, convenhamos, é de bom tom qualquer servidor dizer, em qualquer situação, em relação a qualquer pessoa, que a solução para um problema social é incinerar pessoas? Isso é um grande absurdo.

Eu estou denunciando isso nesta tribuna, porque eu exijo que o secretário de Segurança Pública possa apresentar soluções para esse tipo de comportamento. Não estou pedindo, de nenhum jeito aqui, punição, mas há de haver educação em relação aos direitos sociais.

Precisa-se cuidar de todas as pessoas, resguardar o direito de todas as pessoas. Não vale selecionar quais pessoas. Não é direito de ninguém tirar a vida de outra pessoa, quiçá em uma situação como incineração.

Dizer que se deseja incinerar pessoas como meio de solução a problemas sociais não é desejável, não é respeitável e não é aceitável. Por isso, eu me comprometo com a sociedade do estado de São Paulo em acionar a Segurança Pública, a Secretária de Segurança Pública, e entender qual é o treinamento que está sendo dado, qual é a postura que isso exige porque eu procurei aqui o juramento, procurei várias coisas.

Pelo juramento do policial militar, promete-se cumprir as ordens das autoridades e tem aqui, "ser policial é proteger e garantir a ordem para todos os tipos, classes e gêneros de pessoas". Não falou aqui, salvo a pessoa que faz uso de substâncias. Não está aqui.

Então, mais uma vez, deputado Reis, ressaltando que o meu convívio com os policiais militares da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo tem sido extremamente saudável, prazeroso e respeitoso, mas isso não anula o que aconteceu hoje com os dois policiais que não sabiam que eu era deputada dizendo que tem que incinerar todo mundo na Cracolândia. Não anula.

E aí, estarei, muito respeitosamente, aguardando que a Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo se posicione em relação a essas falas, se posicione em relação a qual é o treinamento dado porque a gente não pode admitir. Nós estamos aqui para proteger, cuidar das pessoas e dar encaminhamentos descentes aos problemas sociais.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - SOLANGE FREITAS - UNIÃO - Obrigada, deputada Thainara. Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente e telespectador da TV Assembleia.

Sra. Presidente, eu protocolei no dia de ontem, saiu no Diário Oficial, no dia de hoje, o PDL, Projeto de decreto legislativo nº 08, de 2023, que revoga, que anula, que cancela a famigerada e nefasta Resolução nº 02, de 2016, do tucanistão, do governo do PSDB, que foi ressuscitada agora, há alguns dias atrás, pelo governador Tarcísio de Freitas que está colocando em prática uma resolução que estava, praticamente, sem ser cumprida - e com razão, porque ela afronta toda a rede estadual de ensino.

O que acontece é que esse governo, na verdade, é um governo bolsotucano, porque ele, além de ser bolsonarista, também aproveita toda a legislação e todo o aparato cruel que o PSDB deixou no estado de São Paulo, sobretudo, na área da Educação Pública.

O que está acontecendo? Essa resolução nefasta, cruel e contra a Educação do estado de São Paulo promove o fechamento de salas da rede estadual, no ensino fundamental, no ensino médio e, também, na educação de jovens e adultos. Logo que ela foi publicada em 2016, nós tínhamos feito a crítica - tanto é que ela não foi tão colocada em prática assim.

Mas agora, como o governador Tarcísio de Freitas está promovendo, está preparando um dos maiores golpes na Educação do estado de São Paulo, onde ele anunciou que vai reduzir o orçamento da Educação de 30% para 25 por cento.

Os 30% representam uma conquista que nós tivemos na Constituinte de 1989 aqui, na Assembleia Legislativa. Eu era professor da rede estadual na época, ajudei a lotar a galeria para pressionar os deputados constituintes a aprovarem essa emenda à Constituição, esse artigo em que o estado de São Paulo tivesse que investir os 30 por cento.

No entanto, agora, o ex-governador Rodrigo Garcia, na contramão do bom-senso, na contramão da nossa luta histórica para ampliar o orçamento da Educação, está anunciando que vai encaminhar uma PEC aqui, para a Assembleia Legislativa, uma proposta de emenda constitucional para reduzir o dinheiro da Educação - olha o absurdo.

Ele já começou a reduzir, na verdade. Ele não esperou o envio da PEC: ele já começa fechando salas. É um absurdo essa resolução que está gerando pânico em toda a rede estadual, em todas as regiões do nosso Estado.

São centenas de salas sendo fechadas no ensino fundamental, no ensino médio e também na educação de jovens e adultos, porque essa famigerada resolução diz que, ao final de cada bimestre, se a escola constatar a diminuição do número de alunos em cada sala, ela pode fechar aquela sala e transferir os alunos para uma outra, promovendo a superlotação de uma outra sala, desempregando professores e criando um verdadeiro caos.

Então, é uma medida que afronta o processo pedagógico, o processo ensino-aprendizagem das nossas escolas. Não é uma medida pedagógica, é uma medida contra o processo pedagógico, porque ele já está enxugando as escolas, ele já quer reduzir custo.

Para nós, não é custo: Educação, para nós, é investimento, mas para o governo é custo. Então ele já começa a enxugar para justificar depois a mudança da Constituição estadual, com a sua famigerada PEC, que será enviada - espero que não - à Assembleia Legislativa.